



CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO NO ASSENTAMENTO ITAMARATI II EM PONTA PORÃ (MS)¹

**Aline Robles Brito
Romildo Camargo Martins
Rosele Marques Vieira
Márcio Aquino dos Santos**

Resumo

O objetivo do artigo é analisar a relação entre o capital social e desenvolvimento endógeno na agricultura familiar praticada pelos membros da Cooperativa dos Produtores Rurais (COOPERAI) do Assentamento Itamarati II em Ponta Porã - MS. Para tanto, do ponto de vista metodológico propõe-se uma análise descritiva e exploratória a partir de informações coletadas através de pesquisa de campo realizada em dezembro de 2016. Nesse caso, optou-se por entrevistas semiestruturadas e totalmente estruturadas, por meio da aplicação de um questionário elaborado com perguntas fechadas e baseadas nas dimensões do *Questionário Integrado para Medir Capital Social* (QI-MCS) do BANCO MUNDIAL (2003). Os principais resultados alcançados mostram que a cooperativa tem fomentado as relações comerciais do Assentamento Itamarati e contribuído com o desenvolvimento local, especialmente ao desempenhar um papel de “mediador social” e de promover ações direcionadas ao bem estar da coletividade.

Palavras chaves: Desenvolvimento local. Produção familiar. Cooperativismo.

1 Introdução

O crescimento econômico de Mato Grosso do Sul é explicado principalmente pelo bom desempenho das atividades ligadas a agropecuária, setor que se destaca como a principal fonte de expansão da renda e sustentação econômica do Estado. A questão que se coloca é como permitir que esse crescimento ocorra concomitante com o desenvolvimento social da população. Entende-se, portanto, que existe um rol de políticas que podem facilitar tal objetivo.

Nos últimos anos, a estrutura fundiária estadual tem sido pauta de discussões em vários debates e reivindicações no meio rural. Muito embora a distribuição das terras estejam concentradas em grandes estabelecimentos, o que se observa atualmente é que o número de pequenos empreendimentos vêm ganhando espaço, representando aproximadamente 65% do total de estabelecimentos rurais. Quando comparado com o ano de 1996, isso correspondendo a um acréscimo superior à 11%

¹ Os autores agradecem os comentários dos professores do PPGDRS-UEMS Ponta Porã-MS, Fabricio Jose Missio e Carlos Otávio Zamberlan. Os erros remanescentes são de responsabilidade dos autores.



(IBGE, 2009). Esse aumento pode ser explicado pelas inúmeras demarcações territoriais e a constituição de novos assentamentos rurais ocorridos nesse período.

Essas transformações no campo tendem a oportunizar o surgimento de novos atores locais que interferem no desenvolvimento regional. Nesse caso, leva-se em consideração que o desenvolvimento de uma região pode ocorrer de forma espontânea ou induzida por elementos endógenos (internos) ou exógenos (externos) ao espaço regional. A essência dos efeitos desses elementos unificam os conceitos de *desenvolvimento local/regional/territorial* que - apesar de seus significados singulares - configuram o que se entende por desenvolvimento endógeno.

Desenvolvimento endógeno é um processo de crescimento econômico que provoca um aumento constante na capacidade de agregação de valor sobre a produção da região, resultando na ampliação do emprego, do produto, da renda e do bem estar social, concomitante ao surgimento do protagonismo de atores locais, que interagem em laços de cooperação territorial e constituem o capital social de uma região. (AMARAL FILHO, 2001; SIEBERT, 2006). Tais laços são claramente percebidos nos sistemas produtivos da agricultura familiar e em suas relações sociais.

A agricultura familiar é definida como sendo aquela praticada pela família que, além de ter a propriedade sobre a terra, assume a responsabilidade de exercer o trabalho necessário ao processo produtivo, desde a organização do trabalho até a definição dos objetivos da produção ao longo do tempo (SOUZA, 2002). Dessa forma, entende-se que a importância desta forma de produzir não está circunscrita ao valor financeiro que agrega a determinada região.

A criação de cooperativas e associações destaca-se como um canal importante de organização da produção, agregação de valor e comercialização da produção das famílias em um contexto participativo (PIRES, 2003 *apud* RIBEIRO; NASCIMENTO; SILVA, 2012). Nesse caso, evidencia-se a relevância do Capital Social, entendido como “o conjunto das características da organização social, que englobam as redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação” (SOUZA, 2015, p. 27).

O objetivo do artigo é analisar a relação entre o capital social e desenvolvimento endógeno na agricultura familiar praticada pelos membros da Cooperativa dos Produtores Rurais (COOPERAI) do Assentamento Itamarati II em Ponta Porã-MS. Para cumprir com os objetivos, do ponto de vista metodológico



propõe-se uma análise descritiva e exploratória a partir de informações coletadas através de pesquisa de campo. Nesse caso, optou-se por entrevistas semiestruturadas e totalmente estruturadas, por meio da aplicação de um questionário elaborado com perguntas fechadas e baseadas nas dimensões do *Questionário Integrado para Medir Capital Social* (QI-MCS) do BANCO MUNDIAL (2003).

O artigo encontra-se dividido em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Na seção 2 são apresentados os aspectos teóricos pertinentes à evolução econômica e social da agricultura familiar, apresentando também os conceitos e sua importância para o desenvolvimento rural; na seção seguinte resgatam-se os fundamentos acerca de capital social, suas dimensões, definições e suas importantes relações para o desenvolvimento a partir das forças internas de uma região e empreende-se uma análise do capital social na agricultura familiar. Na seção 4 apresentam-se os materiais e métodos utilizados na pesquisa. A análise dos dados é realizada na seção 5.

2 Agricultura Familiar: conceito e evolução

As inúmeras transformações vivenciadas no Brasil e no mundo a partir do surgimento da indústria interferiram densamente no meio rural. Observa-se que, por exemplo, com o desenvolvimento das áreas urbanas iniciou-se um movimento que culminou no êxodo rural (o que provocou o congestionamento do mercado de trabalho nos centros urbanos) e certa “desvalorização” do modelo “camponês”. Por outro lado, com as diversas modernizações no campo, introduzidas pelas novas técnicas e pela implementação tecnológica, alguns produtores rurais foram marginalizados pois não conseguiram alavancar seus processos produtivos no modelo produtivista em vigor. Esse processo afetou principalmente as pequenas propriedades rurais.

Nesse contexto de modificações no campo, surge a necessidade de se reconstituir um importante segmento rural: a agricultura familiar. Segundo Wanderley (2001), a agricultura familiar pode ser definida como uma situação em que a família, além de ser a proprietária dos meios de produção e da força do trabalho a ser empregada, também assume consequências fundamentais em suas relações econômicas e sociais. Ou seja, na essência de sua estrutura produtiva observa-se a seguinte relação: “família-produção-trabalho”.



Ainda nesta perspectiva, Lamarche (1993) enfatiza que a agricultura familiar é considerada como uma unidade de produção agrícola que está intimamente ligada à família, onde ela é a responsável pela gestão e uso da propriedade assim como o trabalho nela empregado.

No entanto, apesar da agricultura familiar estar fundamentada no campesinato, ela difere ao desenvolver novas formas de reprodução e ao buscar comunicar-se com o espaço urbano (FERREIRA, 2004). As mudanças ocorridas no campo contribuíram para que os pequenos agricultores buscassem se adaptar para sobreviver nesse novo contexto produtivo (altamente tecnológico, competitivamente desleal e essencialmente capitalista).

Assim, nota-se que a agricultura familiar possui uma peculiaridade que a difere do campesinato tradicional, qual seja, a percepção de que a propriedade é muito mais que uma unidade produtiva. Nesse caso, é essencial que sua gestão seja conduzida visando o alcance de objetivos produtivos e também as necessidades da família e que, para tanto, seja levado em consideração tanto os aspectos econômicos como os aspectos sociais. Por exemplo, além de manter a subsistência familiar, essa unidade produtiva deve comunicar-se com as áreas urbanas a fim de desenvolver-se socialmente.

2.1 A importância da agricultura familiar para o Desenvolvimento Rural.

As reivindicações agrárias e políticas que permeiam a agricultura familiar estão presentes nas diversas regiões brasileiras. Uma série de fatores interferem no contexto geral do desenvolvimento rural do país, pois:

As discussões sobre a importância social, econômica e cultural da agricultura familiar na sociedade contemporânea ganharam novo fôlego, propiciando um ambiente favorável para o debate da importância dessas unidades produtivas para a agricultura e para a sociedade. Nesse sentido é retomada a necessidade de redistribuição da propriedade fundiária e da renda, promovendo, também, a necessidade de compreender suas estratégias de reprodução, suas resistências e suas potencialidades. (SILVA; MENDES, 2009: p. 1)

Mattei (2014) salienta que a agricultura familiar encontra-se em evidência no meio rural por ser uma forma de produção que, ao agregar famílias com as



propriedades agrícolas e o trabalho na terra, cultua concomitantemente diversos valores e tradições de uma região, que se tornam fundamentais na constituição da riqueza local e de sua diversidade econômica, social e cultural, e acabam interferindo nas dinâmicas produtivas do campo.

O autor ainda acrescenta que este segmento rural foi regulamentado como categoria social através da Lei 11.326/2006, em que estabeleceu as seguintes diretrizes para que um produtor rural seja considerado um empreendedor ou agricultor familiar: i) possuir área do imóvel até quatro (4) módulos fiscais; ii) utilizar a mão de obra da própria família nas atividades econômicas; iii) ter renda familiar predominantemente originadas destas atividades econômicas da família; e iv) dirigir o estabelecimento com sua família.

Entretanto, na concepção de Buainain et al. (2005, p. 15) são considerados agricultores familiares aqueles produtores que trabalham de acordo com duas principais condições: i) a direção dos trabalhos realizados no estabelecimento deve ser feita pela produtor rural, e ii) a mão de obra familiar utilizada deve ser superior à contratada.

Salienta-se aqui que a regulamentação jurídica foi fundamental na criação de políticas públicas que facilitaram o acesso ao suporte técnico e financeiro cruciais para perenizar a participação da agricultura familiar como fonte de crescimento econômico, mas essa atuação ultrapassa os parâmetros legais estabelecidos, pois a ocupação dos pequenos produtores e de suas famílias para o desenvolvimento rural oferece certa atratividade na vida no campo.

Rambo, Tarsitano e Laforga (2016) enfatizam que a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural do país pode ser mensurada por meio da geração de empregos e renda e no combate a redução da pobreza e da fome por meio da produção de alimentos para a subsistência. Não obstante, esse desenvolvimento não pode se limitar meramente a reforma agrária, que embora seja condição necessária não é suficiente, pois é preciso desenvolver o meio rural visando além de uma distribuição equitativa de terras a manutenção dos produtores já existentes no campo e, se possível, atrair novas pessoas ao campo (FEIJÓ, 2011).

Em meio às dinâmicas que envolvem o meio rural, a questão fundiária encontra-se em processo de reestruturação, processo este que - sob uma ótica



territorialista - recebe influência da formação dos assentamentos rurais, tornando-se proeminente compreender além do espaço geográfico dos assentamentos rurais.

Bergamasco e Norder (1996 *apud* SANGALLI, 2013, p. 25) ratificam que um assentamento pode ser definido “como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais que visam o reordenamento do uso da terra, a fim de beneficiar trabalhadores rurais sem ou com pouca terra”. Observa-se, assim, que o poder público tem um papel determinante nesta redistribuição fundiária. A partir do momento em que essas unidades produtivas são formadas, os assentados também recebem responsabilidades e direitos sobre o uso da terra.

Para Terra (2009, p. 44) “o acesso à terra indica uma reterritorialização, materializada na recriação do lugar a partir da inserção de novos elementos e perspectivas no espaço rural”. Pressupõe que tal *reterritorialização* promove diversas mudanças, tanto ao que se refere ao processo produtivo, como nas relações sociais do grupo contemplado, pois o autor enfatiza ainda que os assentamentos rurais, enquanto espaços singulares, vem assumindo um importante papel na atualidade, ao configurar a prática social que favorece a sociedade brasileira nas novas territorialidades no espaço rural (TERRA, 2009).

Portanto, percebe-se que a formação dos assentamentos rurais são importantes para o desenvolvimento rural de uma região, pois ao favorecer a distribuição equitativa do uso das terras, consideradas até então “improdutivas”, maximizam o potencial produtivo e econômico através da atuação familiar, diminuindo a superlotação dos centros urbanos e minimizando o êxodo rural, além de criar novos atores locais.

3 O Desenvolvimento Endógeno e o Capital Social

Na concepção de Lima (2016) o desenvolvimento regional caracteriza-se de duas formas: como uma etapa ou como um processo. A primeira indica o grau do progresso no aspecto produtivo e da qualidade de vida para o bem-estar social; e o segundo, refere-se a necessidade da aplicação de políticas e ações para que se alcance elevados estágios de desenvolvimento.

O autor salienta ainda que a ideia central de desenvolvimento regional ocorre quando se conhece os mecanismos do processo, identifica-se os estágios em que se



encontra a economia da região e institui-se os subsídios necessários para que haja o avanço nos espaços periféricos. Sobre esse processo de identificação, Diniz, Santos e Crocco (2006, p. 93) complementam que “o potencial produtivo de uma região pode estar relacionado com a sua posição geográfica em relação a mercados e portos, com a experiência produtiva prévia, com as lideranças empresariais, com o conhecimento acumulado”.

Nesse sentido, Haddad (2009) corrobora enfatizando ainda que o crescimento econômico regional de longo prazo possui fatores determinantes como o capital humano e as habilidades e suas relações sociais. Sob esta ótica, percebe-se que para o desenvolvimento de uma região seja duradouro, exige-se uma avaliação de “dentro pra fora”, evidenciando as possíveis potencialidades e as externalidades que permeiam aquele meio, em diversos aspectos: produtivos, geográficos, econômicos, comerciais, tecnológicos, políticos e sociais.

Essa análise interna caracteriza a endogenia do desenvolvimento. Assim, define-se desenvolvimento endógeno como um processo de crescimento econômico que provoca um aumento constante na capacidade de agregação de valor sobre a produção da região, que resulta na ampliação do emprego, do produto e da renda local (AMARAL FILHO, 2001).

De forma complementar, Boiser (2001 *apud* SAMPAIO; MARINI; PERONDI, 2014) enfatiza a atuação pública, considerando que o desenvolvimento endógeno resulta da intervenção política no processo de articulação dos atores locais e as diversas formas de capital intangível em um território, estando assimetricamente ligado ao desenvolvimento local, visto que “o desenvolvimento endógeno pressupõe o protagonismo dos atores locais, interagindo em laços de cooperação territorial que constituem o capital social de uma região”. (SIEBERT, 2006; p.3)

Em síntese, o desenvolvimento territorial/local tem nos aspectos econômicos uma *dimensão tangível*, e na capacidade coletiva de realizar ações sociais visando à melhoria na qualidade de vida da população uma *dimensão intangível* (DALLABRIDA, 2006). Compreende-se, assim, que o desenvolvimento advindo das forças endógenas é uma fonte valiosa ao longo prazo para o aumento do crescimento econômico bem como no fortalecimento da formação do capital social entre grupos e/ou sociedade local.



3.1 Breve conceituação e dimensões do Capital Social.

O capital social, é pioneiramente abordado por Bourdieu (1980) através da “teoria da ação”, onde as bases que estruturam determinado grupo ou redes são de ajuda mútua e visam o alcance das metas coletivas. Coleman (1990 *apud* DALLABRIDA, 2003) seguindo esta abordagem, complementa que o capital social é o resultado das ações comuns dos membros em prol do bem da coletividade, sendo que este “bem comum” não seria alcançado nas ações individuais. Sendo assim,

O capital social está associado à própria noção de estratégias, pois elas são as que constroem, dentro das redes organizadas, as ligações de investimentos na produção, na transformação, no capital humano, enfim, são utilizadas em prol da inserção de cada membro no grupo, para fortalecer as afinidades e as ações adotadas coletivamente. (KNOREK, 2013: p. 36)

Inicialmente percebe-se que o capital social é determinado em benefício da coletividade e as formas em que se organizam as forças desse grupo de indivíduos são preponderantes para alcançar os objetivos propostos, tanto os do grupo, quanto os individuais.

Nesta perspectiva, sob uma ótica regionalista, Putnam (2006) contribui afirmando que o capital social é formado a partir do grau de confiança existente entre os atores locais e o comportamento cívico dos envolvidos, sendo visto como um fenômeno social e possui elementos intangíveis como base para as normas que regulam as relações dos indivíduos que constituem um grupo. O autor ainda conclui que a formação do capital social ocorre em quatro dimensões: i) nos valores éticos que dominam um grupo; ii) na capacidade de associarem-se; iii) no nível de confiança nas inter-relações; e iv) na disseminação da consciência cívica.

Por outro lado, Woolcock (1998, *apud* SILVA et.al, 2014) caracteriza o capital social em três diferentes tipos, conforme a posição das relações sociais:

- O *capital social institucional*, é aquele que se estabelece por meio das relações existentes entre a sociedade civil e o Estado;
- O *capital social extracomunitário*, refere-se àquelas relações externas estabelecidas entre a comunidade geradora de capital com os demais grupos sociais; e,



- O *capital social comunitário*, é aquele que resulta das relações sociais internas entre os indivíduos.

Em vista da amplitude acerca dessa temática, o Banco Mundial (2003) desenvolveu o *QI-MCS – Questionário Integrado para Medir Capital Social*, uma ferramenta multidimensional focada na aplicação de pesquisas que buscassem a mensuração do capital social para países em desenvolvimento. No **Quadro 1** apresenta-se, de forma sintetizada as seis dimensões do QI-MCS, que oferecem algumas diretrizes relevantes para os pressupostos deste artigo:

Quadro 1: As dimensões do QI- MCS

1 - Grupos e redes: comumente relacionada ao capital social, consideram a participação e o envolvimento de um membro em vários tipos de organização social e redes informais;
2 - Confiança e solidariedade: busca levantar dados sobre a confiança dos membros em suas relações sociais;
3 - Ação coletiva e Cooperação: foca-se investigar as relações de trabalho e expectativas dos membros de determinada comunidade;
4 - Informação e comunicação: exploram questões referentes aos meios, acessos e a infraestrutura de comunicação e informação inerentes ao mercado e serviços públicos;
5 - Coesão e inclusão social: buscam identificar as diferenças e características que podem levar à conflitos, e;
6 - Autoridade (empowerment) e ação política: visam averiguar o sentimento de felicidade, eficácia pessoal e capacidades dos membros.

Fonte: Elaboração dos autores, adaptado de Banco Mundial (2003).

As dimensões apresentadas pelo QI-MCS estão de acordo com o referencial teórico aqui utilizado, pois:

O Banco Mundial define o capital social como a capacidade que uma sociedade possui para estabelecer laços de confiança e redes de cooperação entre seus membros. A qualidade das relações interpessoais depende das instituições, das relações e normas sociais de uma sociedade (RABAIOLI, 2014, p. 18).

Portanto, entende-se que o capital social é o resultado das formas e relações, bem como a capacidade da sociedade em cooperar, confiar e permear a reciprocidade idealizando o bem-estar de todos, caracterizando-se como um diferencial no desenvolvimento local.

Em síntese, o capital social corresponde ao:

(...) conjunto das características da organização social, que englobam as redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação, o capital social, quando existente



em uma região, torna possível a tomada de ações de colaboração que resultam no benefício de toda a comunidade (SOUSA, 2015, p. 27).

Nesse contexto, torna-se interessante investigar como essas relações de grupos sociais podem ser identificadas no âmbito das peculiaridades da agricultura familiar bem como, fomentadas em prol do desenvolvimento endógeno de uma região.

3.2 O Capital Social da Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Regional

Como apresentado, a riqueza de uma região está intimamente relacionada com o capital que ela possui, tornando-se proeminente compreender a sua constituição. Assim, em geral, o “capital” regional pode ser encontrado em quatro formas:

O **natural**, composto pelos recursos naturais aproveitáveis em cada espaço geográfico-ecológico; o **físico**, construído pela sociedade, tal como a infraestrutura, as máquinas e equipamentos, o sistema financeiro; o **humano**, resultado do nível de educação, saúde e acesso à informação da população, e o capital **social**, conceito inovador nas análises e propostas de desenvolvimento (RATTNER, 2003 *apud* SOUSA, 2015: p. 25, grifo nosso).

O capital social é visto, tanto pelo poder público como para os pesquisadores da área, como um conceito pertinentemente e inovador para as análises desenvolvimentistas e para os estudos acerca da compreensão sobre os fatores endógenos regionais.

Basso (2006, p. 202) acredita que “ao desenvolver-se estratégias para construir capital social como estímulo ao desenvolvimento rural, deve-se prestar atenção nas restrições, nas oportunidades e nas potencialidades que derivam das várias dimensões do contexto local-regional”. Assim, ao considerar a heterogeneidade e a endogenia de cada região no atual cenário capitalista e competitivo que vivenciamos, torna-se preponderante avaliar a consistência das relações que permeiam as instituições sociais, seja ao identificar as peculiaridades locais e também ao minimizar as externalidades negativas através das forças endógenas que permeiam nas relações sociais de determinado grupo ou localidade, fundamental na superação das desigualdades (PEREIRA; CARNIELLO; SANTOS, 2011).



Nesse sentido, a agricultura familiar ao apresentar algumas peculiaridades em suas formas de reprodução tem grande importância nos aspectos socioeconômicos para o desenvolvimento de uma região.

Segundo Silva et. al (2014), entre os pequenos produtores, a ação coletiva possibilitaria desenvolver maior integração social e econômica, por exemplo, na barganha de mercados e na redução dos custos de transações. Isso consubstanciaria em melhorias na qualidade de vida e fomentaria a cultura associativista, que favorece a troca de informações e experiências entre os produtores. Essas organizações (formais ou informais) construídas com base na cooperação entre as relações dos agricultores familiares, evidenciam a relevância e a importância do capital social concomitante com a minimização de suas limitações comerciais contribuindo, assim, para o desenvolvimento rural no âmbito local.

4 Materiais e Métodos

Metodologicamente, quanto à sua abordagem, o presente estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, complementada por dados quantitativos, ou seja por métodos mistos; ii) quanto à natureza, é uma pesquisa aplicada; iii) quanto aos objetivos, descritiva e exploratória; e, iv) quanto aos procedimentos, classifica-se em uma pesquisa de campo.

As pesquisas de campo aconteceram nos primeiros dias do mês de Dezembro/2016. Optou-se pelo estudo de campo, pois por meio dele é possível buscar o aprofundamento das questões propostas focalizadas a um único grupo ou comunidade e, em termos de sua estrutura social, observar a interação dos seus componentes (GIL, 2002). Dessa forma, os agricultores familiares organizados por meio Cooperativa dos Produtores do Assentamento Itamarati II – a COOPERAI – tornaram-se o objeto de estudo desta pesquisa, sendo inicialmente coletadas informações sobre a criação da cooperativa e as atividades realizadas.

Posteriormente, foram selecionados vinte (20) cooperados, entre os 45 cadastrados. Os critérios estabelecidos para a seleção foram: i) os cooperados ativos e participantes das atividades produtivas da cooperativa nos últimos meses²; e, ii) o

² A participação foi mensurada considerando os dados internos e a atuação proporcional de cada cooperado nas atividades realizadas entre os meses de Agosto a Novembro/2016. Esses



acesso às propriedades, levando em consideração a distância e a condição de acesso das estradas³.

A coleta dos dados primários foi feita por meio de entrevistas subdivididas em duas partes. Na primeira, elaborou-se três (3) questões abertas com o objetivo de captar a compreensão acerca da percepção dos cooperados sobre o desenvolvimento do Assentamento Itamarati de forma geral e o papel realizado pela cooperativa. Nesse caso, através da análise de discurso buscou-se estabelecer categorias empíricas *a posteriori*, ou seja, a partir dos textos transcritos das entrevistas criou-se categorias para salientar os aspectos mais importantes.

A segunda parte da entrevista foi totalmente estruturada por meio da utilização de um questionário como instrumento de coleta, sendo que devido à escolaridade de alguns cooperados a participação do pesquisador foi necessária, embora tenha sido considerado que “ao fazer as perguntas, o pesquisador deve, ainda, ter a preocupação de formulá-las exatamente como se encontram redigidas (...) caso uma pergunta não seja entendida, o melhor é repeti-la, evitando as explicações pessoais” (GIL, 2002, p. 119).

O questionário foi elaborado com base nas dimensões do QI-MCS desenvolvido pelo Banco Mundial, adaptando-o à realidade e aos objetivos propostos pela pesquisa. Nesse caso, com o objetivo de identificar a consistência das relações sociais entre os membros da COOPERAI, o questionário foi composto por quinze (15) questões fechadas com escala intervalar crescente de quatro pontos, cuja a variância partia do “Discordo totalmente” ao “Concordo totalmente”. Os dados obtidos foram analisados por meio da estatística descritiva (média, mediana e desvio padrão) e tabulados através do Excel 2013.

5 Análise dos Dados

5.1 A COOPERAI e o desenvolvimento do Assentamento Itamarati.

A criação de cooperativas e associações constitui um movimento que tende a impulsionar o desenvolvimento rural, ao organizar a produção, agregar valor e facilitar

dados foram disponibilizados pela administração da cooperativa por meio das planilhas de controle, ordenados e analisado pelos autores.

³ Dado às chuvas constantes no período definido para as visitas de campo, foi possível a visita em apenas 13 (treze) propriedades do total de propriedades selecionadas.



a comercialização dos pequenos produtores, propiciando-lhes a inserção nos mercados locais (RIBEIRO; NASCIMENTO e SILVA, 2012).

Observa-se que, ao delimitar este estudo à cooperativa em questão – cuja tal é composta por alguns agricultores familiares residentes no Assentamento Itamarati – pretendeu-se direcionar o estudo para o entendimento profícuo sobre a proposta central e entender a relação do papel exercido pela coletividade de um grupo para o desenvolvimento endógeno da localidade.

A Cooperativa dos Produtores do Assentamento Itamarati II – COOPERAI, criada no dia 07 de setembro de 2008, segundo seu Estatuto Social possui como objetivo congregar produtores agropecuaristas em sua área de atuação, visando o interesse econômico dos mesmos, por meio da realização de diversas atividades de caráter comercial e burocrático.

Inicialmente, a partir da análise dos dados obtidos na pesquisa de campo, identificam-se algumas características básicas sobre os cooperados participantes (**Tabela 1**):

Tabela 1 – Dados básicos: Cooperados (as)

DADOS BÁSICOS	Idade	Escolaridade	Tempo no Assentamento	Tempo na Cooperativa	Principal fonte de renda
Cooperado 1	46	Médio Completo	11 anos	8 anos	Agricultura Familiar
Cooperado 2	39	Superior Completo	11 anos	2 anos	Agricultura Familiar
Cooperado 3	48	Fundamental Completo	14 anos	8 anos	Agricultura Familiar
Cooperada 4	46	Alfabetizada	14 anos	8 anos	Agricultura Familiar
Cooperado 5	45	Médio Completo	14 anos	6 anos	Agricultura Familiar
Cooperada 6	40	Médio Completo	14 anos	6 anos	Agricultura Familiar
Cooperada 7	53	Fundamental Incompleto	14 anos	3 anos	Agricultura Familiar
Cooperado 8	54	Fundamental Completo	14 anos	4 anos	Agricultura Familiar
Cooperada 9	54	Fundamental Incompleto	11 anos	8 anos	Agricultura Familiar
Cooperado 10	55	Alfabetizado	11 anos	2 anos	Agricultura Familiar
Cooperada 11	49	Alfabetizada	11 anos	2 anos	Agricultura Familiar
Cooperada 12	57	Fundamental Incompleto	11 anos	8 anos	Agricultura Familiar
Cooperado 13	42	Fundamental Incompleto	11 anos	8 anos	Agricultura Familiar

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.



Com base nas informações coletadas, observa-se que: i) todos os encontram-se no assentamento a mais de 10 anos; ii) cerca de 70% dos respondentes possuem escolaridade até o fundamental completo; iii) todos tem a agricultura familiar como sua principal fonte de renda; iv) a faixa etária varia de 39 a 57 anos; e v) nove dos cooperados, participam da cooperativa há mais de 4 anos.

A primeira pergunta aberta na entrevista tinha por objetivo compreender acerca do “sentimento dos agricultores na realização dos trabalhos rurais e “sobre a satisfação em residirem no local”. Considera-se que estes são fatores determinantes para compreender se a agricultura familiar influencia no desenvolvimento rural na localidade. O **Quadro 2** abaixo apresenta todas as percepções obtidas:

**Quadro 2 – Percepções sobre o trabalho e a vida no campo**

Cooperado 1	“Me sinto bem, porque gosto do que eu faço, e gosto daqui porque nasci no município.”
Cooperado 2	“Me identifico com as atividades desenvolvidas, gosto de residir no local, por ser agricultor e de se identificar com o meio rural.”
Cooperado 3	“[...] gosto de morar aqui porque escolhi morar.”
Cooperada 4	“Sim, não trocaria aqui por nada. Eu gosto daqui demais”
Cooperado 5	“Sim, bastante, gosto do trabalho na terra.”
Cooperada 6	“Gosto da tranquilidade, apesar das dificuldades de infraestrutura.”
Cooperado 7	“Gosto muito de produzir aqui.”
Cooperado 8	“Gosto muito, Já morei na cidade e não gosto do ritmo, gosto da flexibilidade e a autonomia do trabalho rural.”
Cooperada 9	“Sim, muito feliz. Me criei gostando da agricultura, acho que eu entraria em depressão se tivesse que parar de trabalhar.”
Cooperada 10	“É a nossa opção de vida aqui no lote, trabalhar na terra. A gente toda vida viveu no campo.”
Cooperada 11	“Gosto sim.”
Cooperada 12	“Adoro! A gente acostuma a trabalhar na terra, eu me sentiria muito infeliz em outro lugar, pois gosto de trabalhar no campo.”
Cooperado 13	“Gosto sim, apesar da dificuldade e a concorrência para comercializar os produtos.”

Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Nota-se nas respostas uma forte predominância do sentimento de satisfação e de certa ligação afetiva com o trabalho na terra, forma-se assim a primeira categoria empírica do estudo: a **Identificação e pertencimento**.

A análise do conteúdo das respostas inerentes aos pontos fortes e os que precisam ser melhorados (questão 2) identificou os fatores que contribuíram para o desenvolvimento no Assentamento Itamarati, entre os quais destacam-se: Luz elétrica, Internet, Educação, Postos de saúde e as políticas públicas (Pronaf). No entanto, percebeu-se que a infraestrutura das estradas é vista pela maioria como determinante para melhorar as condições de vida, tanto no aspecto social como no aspecto econômico, pois isso afeta o desempenho das atividades de comercialização e de socialização. Esses aspectos constituem a segunda categoria empírica: **Precariedade em Infraestrutura**.

A terceira questão buscava captar as percepções dos respondentes acerca do papel que a COOPERAI desempenha no assentamento (**Quadro 3**);

**Quadro 3 – Percepção acerca do papel da cooperativa no assentamento**

Cooperado 2	“Sim, é um meio de organizar os agricultores para poderem comercializar, mas é preciso avançar mais para melhorar.”
Cooperada 4	“Sim. Na comercialização dos produtos.”
Cooperada 6	“Sim, pois os produtos da horta (alface, repolho, couve) seria mais complicado vender, e a cooperativa ajudou a vender.”
Cooperado 10	Sim, pra nós sim que somos cooperados... isso foi muito bom, e eu creio que vai ser melhor se correr tudo bem... e você sabe tudo depende do chefe, se ele for bom, vai ser bom pra todos mas se ele fizer errado, daí vai dar tudo errado.
Cooperada 12	“Muito. Para quem participa das atividades da cooperativa tem melhorado nas condições do lote, a gente nota isso. E assim ajuda no desenvolvimento do assentamento.”

Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Apesar de alguns cooperados concordarem que a cooperativa auxiliou, outros cooperados acrescentam em suas percepções que ela poderia ajudar mais e ressaltam que alguns problemas no começo da gestão afetaram significativamente na efetividade dos resultados (**Quadro 4**). Isso caracteriza a última categoria empírica: **Vulnerabilidade da gestão** frente a presença de oportunistas.

Quadro 4 – Outras percepções acerca do papel da cooperativa no assentamento

Cooperado 8	“Com certeza melhorou, mas no começo da cooperativa tinha muitos oportunistas. Mas agora está ótimo, se continuar assim vai melhorar ainda mais.”
Cooperada 9	“Melhorou, mas acho que poderia ter melhorado ainda mais. Só que por causa da má gestão no começo, apenas agora está caminhando.”

Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

O papel desempenhado da COOPERAI, na percepção dos cooperados, está sujeito ao risco de que os interesses particulares dos gestores se sobressaíam aos interesses da coletividade. Entretanto, percebe-se que, de forma geral, a criação da cooperativa contribuiu ao organizar os atores locais em prol do desenvolvimento socioeconômico do Assentamento Itamarati.

5.2 O Capital Social da Agricultura Familiar no Itamarati: o caso da COOPERAI.

Na segunda parte da entrevista, empreendida mediante visitas aos cooperados, buscou-se mensurar as relações sociais entre os membros da COOPERAI através da aplicação do questionário com as 15 (quinze) perguntas



fechadas. Baseando-se nas dimensões apresentadas no modelo do QI-MCS adaptadas à realidade estudada, foram construídas cinco variáveis, a saber: **1 – Satisfação econômica; 2 – Relacionamentos interpessoais; 3 – Amizade e confiança; 4 – Cooperação e reciprocidade; 5 – Informações e conhecimentos obtidos.**

A variável inerente à “**Satisfação econômica**”, foi construída visando obter informações sobre os benefícios econômicos trazidos para o agricultor ao fazer parte da cooperativa. Observa-se, a partir das respostas (Tabela 2), que a percepção entre os cooperados é positiva, variando do “concordo parcialmente” ao “concordo totalmente”. Ressalta-se que as médias são altas e os desvios-padrão relativamente baixos nas duas questões, o que indica certa consistência entre as respostas.

Tabela 2 – Variável: SATISFAÇÃO ECONÔMICA

	“Melhorias nas condições econômicas”	“Importância econômica em participar da Cooperativa”
Média	3,69	3,61
Mediana	4	4
Desvio Padrão	0,48038	0,50636

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

As questões que compõem a variável “**Relacionamentos Interpessoais**” (Tabela 3), visavam compreender como se constituíam as relações sociais entre os membros da COOPERAI. Identificou-se, nesse caso, um fato instigante: no que se referem “às visitas e encontros para lazer entre os cooperados”, as médias encontradas indicam que a maioria dos respondentes não se encontra com frequência. A contextualização do ambiente pesquisado pode indicar uma explicação para esse fato, uma vez que o Assentamento corresponde a uma grande extensão territorial e os cooperados residem longe um dos outros. Deve-se levar em consideração, ainda, que o trabalho rural demanda cuidados diários, o que limita o tempo “livre” disponível.

Por outro lado, observa-se que quanto ao “contato fora da cooperativa” a frequência é alta, o que indica a possibilidade da existência de um contato à distância (via SMS, telefonemas, etc.) ou físico esporadicamente, entre os cooperados que são vizinhos próximos.

Tabela 3 – Variável: RELACIONAMENTOS INTERPESSOAIS



	“Contato com outros membros fora da cooperativa”	“Frequência de visitas”	“Realização de atividades de lazer”
Média	3,69	2,46	2,23
Mediana	4	3	2
Desvio Padrão	0,48038	1,12660	1,16575

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

As Tabelas 4 e 5 apresentam os dados cruciais que complementam o entendimento acerca das relações sociais que permeiam o grupo analisado. As variáveis “**Amizade e Confiança**” e “**Cooperação e Reciprocidade**” indicam que os elementos e princípios do cooperativismo estão fortemente presentes no grupo, fortalecendo o capital social nas relações dos agricultores familiares.

Tabela 4 – Variável: AMIZADE E CONFIANÇA

	“Felicidade ao participar da cooperativa”	“Considerar membros como amigos”	“Confiar nos cooperados”
Média	3,92	3,84	3
Mediana	4	4	3
Desvio Padrão	0,27735	0,37553	0,57735

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Tabela 5 – Variável: COOPERAÇÃO E RECIPROCIDADE

	“Disposição em ajudar”	“Acredita na disposição dos outros”
Média	3,53	3,15
Mediana	4	3
Desvio Padrão	0,51887	0,68873

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Por fim, ao analisar os dados acerca das questões sobre a disseminação e compartilhamento de conhecimentos entre os membros, seja por meio das experiências individuais ou no suporte oferecido pela cooperativa, observou-se que as médias obtidas na variável “**Trocas de Informações e conhecimentos**” são consideravelmente altas, variando entre os parâmetros de concordância.

Destacam-se dois aspectos relevantes: i) a cooperativa tem oferecido suporte técnico para melhorar os processos produtivos, ressaltando-se ainda que foi encontrado nas visitas à COOPERAI, a existência de conectividade e uso de recursos tecnológicos, além de diversos folders e cartilhas informativas que ficam disponíveis aos cooperados; e, ii) em relação a “troca de conhecimentos entre os cooperados”,



apesar da média ser relativamente “alta”, o desvio-padrão encontrado é elevado, o que remete à questão inerente à extensão territorial entre as propriedades dos cooperados.

Tabela 6 – Variável: TROCAS DE INFORMAÇÕES E CONHECIMENTOS

	“A cooperativa oferece informações e apoio”	“Conhecimentos trocados entre os membros”
Média	3,69	3,23
Mediana	4	4
Desvio Padrão	0,48038	1,23516

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

7 Considerações Finais

A atuação multifacetada da agricultura familiar permitiu traçar o objetivo central desta pesquisa, que é analisar como o valor abstrato das relações sociais entre pequenos produtores rurais organizados em uma cooperativa podem vim a contribuir para o desenvolvimento endógeno de um Assentamento Rural.

Entre os principais resultados destaca-se que: i) todos os agricultores entrevistados, possuem um sentimento de identificação e pertencimento com a vida no campo; ii) a maioria deles acredita que apesar dos pontos fortes, o assentamento ainda é precário principalmente no que se refere a infraestrutura de transporte (condições das estradas), que dificultam desde o escoamento da produção como uma maior aproximação física entre os membros; iii) a COOPERAI surge como um indutor para o desenvolvimento no local e também como uma ferramenta efetiva e unificadora nos âmbitos social, instrutivo e econômico; e, iv) há a forte presença subjacente de aspectos intangíveis (como confiança, reciprocidade e amizade) permeando as atividades desenvolvidas pela cooperativa.

Em síntese, sob a ótica das percepções dos agricultores, o desenvolvimento da COOPERAI além de fomentar as relações comerciais do assentamento Itamarati, também atua como “mediador social” direcionando ações coletivas em prol do bem comum. Sendo assim, a relevância desta temática contribui amplamente para debates e literaturas inerentes à compreensão do desenvolvimento ou a estagnação de uma região.



REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista Economia Aplicada**, nº 2: 2000.

AMARAL FILHO, J. A endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, jun/2001 – IPEA – 261-286.

BANCO MUNDIAL. **Questionário integrado para medir Capital Social**. Grupo temático sobre capital social, 2003.

BASSO, D. Capital Social e estratégias de reprodução das famílias. In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (org) **Capital Social: Teoria e prática**. Ijuí: Departamento de Ciências Sociais – Programa de pesquisa em Ciências Sociais, 2006.

BATAGLIN, J. C.; **A gestão do Pronaf e suas relações com a sustentabilidade da agricultura familiar**. Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Pato Branco, 2012.

BUAINAIN, A. M., GUANZIROLI, C., SOUZA FILHO, H. M., BÁNKUTI, F. I. “Peculiaridades regionais da agricultura familiar brasileira.” In: SOUZA FILHO, H. M., BATALHA, M. O. **Gestão integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005 – 359p.

BOURDIEU, P. (1980). O Capital Social – Notas Provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DALLABRIDA, V. R. “A dimensão intangível do desenvolvimento: algumas reflexões preliminares.” In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (org) **Capital Social: Teoria e prática**. Ijuí: Departamento de Ciências Sociais – Programa de pesquisa em Ciências Sociais, 2006.

DINIZ, C.C.; SANTOS, F.; CROCCO, M. “Conhecimento, Inovação e desenvolvimento regional/local”. In: DINIZ, C.C.; CROCCO, M. (org) **Economia Regional e urbana: contribuições teóricas recentes** – Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DOS PRODUTORES DO ASSENTAMENTO ITAMARATI II – Dados internos, disponibilizado pela administração aos autores.

FEIJÓ, R. L. C. **Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

GIL, A. C.; **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HADDAD, P. R. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**. Editora UFPR: v. 35, n. 3 (ano 33), p. 119-146, set./dez. 2009.



IBGE, **Censo Agropecuário 2006 – Agricultura familiar. Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro: 2009 – Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=750> – Acessado dia 19/08/16

KNOREK, R. Capital Social na Agricultura Familiar: uma apreciação sobre a sustentabilidade no projeto de agronegócio em Bela Vista do Toldo - SC. p. 31-51. In: MILLANI, M. L.; NECKEL, N. R. N. (org.) **Capital Social; arte, ciência, cultura e desenvolvimento regional**. Kairós. Curitiba: 2013.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar**. Volume I. Campinas: UNICAMP, 1993.

LIMA, J. F. “O espaço e a difusão do desenvolvimento econômico regional/local.” In: PIANCENTI, C. A.; LIMA, J. F.; EBERHARDT, P. H. (org) **Economia e desenvolvimento regional** – Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016.

MATTEI, L. **O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo**. Revista Economia NE, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014 (suplemento especial).

ORTEGA, A. C.; MATOS, V. A. Território, desenvolvimento endógeno e capital social em Putnam e Bourdieu. **Revista Política e Sociedade**. Florianópolis: v. 12, n. 24, maio/ago. 2013.

PEREIRA, J. R. O.; CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J. **Os instrumentos de mensuração do capital social**: principais diferenças entre métodos reconhecidos mundialmente. XIV Encontro Latino Americano de Iniciação científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação. Universidade do Vale do Paraíba: 2011.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália Moderna. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 2006.

RABAIOLI, V. **Papel do capital Social no desenvolvimento da região oeste de Santa Catarina**. UCDB - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Local. Dissertação de mestrado. Campo Grande: 2014.

RAMBO, J. R.; TARSITANO, M. A. A.; LAFORGA, G. Agricultura Familiar no Brasil, conceito em construção: trajetória de lutas, história pujante. **Revista de Ciências Agroambientais**. Alta Floresta: UNEMAT, v. 14, n. 1, p. 86-96, 2016.

RIBEIRO, K.L.; NASCIMENTO, D. C.; SILVA, J. F. B. **A importância das cooperativas agropecuárias para o fortalecimento da Agricultura Familiar**: o caso da Associação de Produtores Rurais do Núcleo VI – Petrolina/PE. 2 Encontro Brasileiro de Pesquisadores do Cooperativismo. Porto Alegre: 2012. Disponível em: [http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/up_imagens/\(ok\)_ii_ebcp_avila_ribeiro.pdf](http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/up_imagens/(ok)_ii_ebcp_avila_ribeiro.pdf)



SAMPAIO, G. C.; MARINI, M. J.; PERONDI, M. A. **Capital Social e Desenvolvimento Regional: uma revisão bibliométrica.** III Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas. Francisco Beltrão: 2014.

SANGALLI, A. R. **Assentamento Lagoa Grande, em Dourados – MS:** aspectos socioeconômicos, limitações e potencialidades para o seu desenvolvimento. UFGD – Programa de Pós Graduação em Agronegócios. Dissertação de Mestrado. Dourados: 2013.

SEMADE - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. **Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul – 2015.** Disponível em: <http://www.semade.ms.gov.br/1497-2/> - Acessado dia 10/05/16

SIEBERT, C. **Endogenia e heteronomia:** a experiência de Santa Catarina com o Projeto Meu Lugar. 3º Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2006.

SILVA, J. M.; MENDES, E. de P. P. **AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL:** a comunidade Cruzeiro dos Martírios – município de Catalão (GO). XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo: 2009.

SILVA, G. G.; CHEUNG, T. L.; VILPOUX, O. F.; SANCHES, F. T. Capital Social e cooperação na Agricultura Familiar: uma análise comparativa entre os Estados de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais.** Lavras: v. 16, n. 2, p. 153-166, 2014.

SOUSA, G. M. R. **Capital Social e desenvolvimento da Agricultura Familiar no Ceará.** UFC – Programa de Pós Graduação em Economia Rural. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: 2015.

SOUZA, A. B. Notas sobre agricultura familiar e sustentabilidade. Geo UERJ - **Revista do Departamento de Geografia.** Rio de Janeiro: n. 11, p. 33-45, 2002.

TERRA, A. **Reforma Agrária por conveniência e/ou por pressão?** Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “O pivô da questão”. UNESP - Programa de Pós Graduação em Geografia. Tese de Doutorado. Presidente Prudente: 2009.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do Campesinato brasileiro.** XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17. PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS. CAXAMBU: 2001.